



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS**

**Autógrafo de Lei nº 05, de 27 de Janeiro de 2023**

**EMENTA: Autoriza o Executivo Municipal a Celebrar Parceria, por meio de Termo de Fomento, para Repasse de Recursos Financeiro para a Liga Municipal de Esporte de Porteiras - LESP - e dá outras providências.**

Maria do Socorro de Lima, Presidenta da Câmara Municipal de Porteiras estado do Ceará, faça saber que em sessão ordinária do dia 27 de janeiro de 2023, o plenário aprovou o seguinte projeto de lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria, por meio de termo de fomento, de repasse de recursos financeiros para a Liga Municipal de Esporte de Porteiras - LESP -, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 09.324.073/0001-03, situada na rua Orimidio Francelino da Costa, nº 86 Centro, na cidade de Porteiras - Ceará.

Art. 2º - O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de R\$ 153.909,00 (cento cinquenta e três mil, novecentos e nove reais) pagos durante o exercício de 2023 diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio ou termo de fomento a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para as seguintes atividades esportivas:

- I - incentivo a Seleção Amadora de Futebol de Porteiras;
- II - realização do Festival Esportivo em comemoração a emancipação política do município de Porteiras;
- III - realização dos campeonatos municipais de futebol society feminino e sub 12;
- IV - realização dos campeonatos municipal livre das 1ª e 2ª divisão e máster;
- V - realizar torneio interno de Jiu-Jitsu da equipe Touche;
- VI - realização do segundo desafio Porteiras bike;
- VII - realização de campeonatos municipais de futsal masculino e feminino livre, e sub-13;

30/01/2023



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

VIII – realizar o campeonato de basquete livre e juvenil;

IX – realizar o segundo MOVIMENTO PORTEIRAS e o 2º ECO PEDAL.

Art. 4º - É vedada a utilização dos recursos para:

I - Salário a atleta ou de remuneração a entidade desportiva;

II- Financiamento de eventos que visem a obtenção de lucro.

Art. 5º - São obrigatórias a veiculação e a inserção do nome oficial da Prefeitura Municipal de Porteiras, juntamente com o Brasão do Município, em todas as atividades realizadas com os recursos oriundos da presente lei, assim como em seus produtos resultantes, inclusive no material de divulgação ou promoção.

Parágrafo Único - Todo material de divulgação confeccionado com recursos da presente lei (Uniformes, placas, banners) deverá ser aprovado previamente pela Prefeitura Municipal de Porteiras, através do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 6º - Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotações orçamentárias do exercício financeiro de 2023, vinculados às seguintes contas:

I - 0501 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto  
27.812.0620.2.102.0000 –PROGRAMA DE APOIO AO ESPORTE AMADOR  
3.3.50.43.00- Subvenções Sociais

§ 1º - As subvenções sociais e contribuições serão distribuídas mediante termo de fomento ou outro instrumento legal correspondente.

§ 2º - A concessão de subvenção social fica condicionada à existência de convênio entre a instituição e o Município de Porteiras, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no qual serão estabelecidas as obrigações e responsabilidades das partes, observado o Anexo I desta Lei.

Art. 7º - Os repasses financeiros constantes desta Lei serão pagos de acordo com a programação de desembolso estabelecido para as Unidades Orçamentárias, atendendo ainda ao que dispõe os arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º - O convênio tratado nesta norma será celebrado após o requerimento da entidade e/ou associação de classe, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Estatuto Social, devidamente registrado em Cartório;

II - Ata de Posse da Diretoria em exercício;



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

III - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

IV - Relação dos diretores, com endereço residencial completo, profissão e cargo que ocupam na entidade;

V - Comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal;

VI - Plano de Trabalho;

VII - Declaração do dirigente da entidade privada conveniente sem fins lucrativos, acerca da não ocupação por nenhum de seus diretores de cargos comissionados de direção, chefia e assessoria, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau na Administração Pública municipal.

Parágrafo único - O Plano de Trabalho deverá submetido à apreciação e aprovação pela respectiva Secretaria que irá firmar o termo e deve conter no mínimo:

I - Identificação do objeto a ser executado;

II - Metas a serem atingidas;

III - Etapas ou fases de execução;

IV - Plano de Aplicação dos recursos financeiros;

V - Cronograma de Desembolso;

VI - Previsão de Início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - Descrição pormenorizada do projeto, inclusive com justificativas da proposição.

Art. 9º - A entidade beneficiada pela subvenção social deverá prestar contas dos gastos realizados, até o dia 60 (sessenta) dias subsequente ao do recebimento de cada parcela.

Parágrafo único - Verificada a qualquer tempo a irregularidade nas prestações de contas, poderá a Prefeitura Municipal, tratando-se de falha insanável, rescindir o ajuste e exigir o devido ressarcimento.

Art. 10 - As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, notas fiscais e quaisquer outros comprovantes serem emitidos em nome da entidade prestadora do serviço, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

§ 1º - Os documentos referidos neste artigo serão mantidos em arquivos em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo da Prefeitura, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão ou entidade prestadora do serviço, relativa ao exercício da concessão.

§ 2º - Na hipótese da entidade prestadora de serviço utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da entidade prestadora do serviço, pelo prazo fixado no parágrafo anterior.

Art. 11 - A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da Prefeitura, com base nos documentos exigidos, conforme decreto de regulamento para prestação de contas, estabelecido pelo Poder Executivo e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa da Prefeitura, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.

§ 1º - A prestação de contas será analisada e avaliada na unidade técnica responsável pelo programa da Prefeitura que emitirá parecer sob os seguintes aspectos:

I - técnico - quanto à execução física e atingimento dos objetivos do convênio, podendo o setor competente valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a autoridades públicas do local de execução do convênio;

II - financeiro - quanto à correta e regular aplicação dos recursos do convênio.

§ 2º - Aprovada a prestação de contas, o ordenador de despesa da Prefeitura deverá efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas e fará constar do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação e a encaminhará ao órgão de contabilidade da Prefeitura, o qual examinará, formalmente, a prestação de contas e, constatando a sua legalidade, efetuará o devido registro.

§ 3º - Na hipótese de a prestação de contas não ser aprovadas e exauridas todas as providências cabíveis, o ordenador de despesas da Prefeitura encaminhará o respectivo processo ao órgão de contabilidade, para instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência sob pena de responsabilidade.

§ 4º - O órgão de contabilidade da Prefeitura examinará, formalmente, a prestação de contas e, constatando irregularidades procederá a instauração da Tomada de Contas Especial, após as providências exigidas para a situação, efetuando os registros de sua competência.

§ 5º - Após a providência aludida no parágrafo anterior, o respectivo processo de tomada de Contas especial será encaminhado ao órgão de controle interno da



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

Prefeitura para os exames de auditoria previstos na legislação em vigor e providências subsequentes.

§ 6º - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo convencionado, a Prefeitura assinará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, acrescido de juros e correção monetária, na forma da lei, comunicando o fato ao órgão de controle interno.

§ 7º - Esgotado o prazo, referido no parágrafo anterior, e não cumpridas as exigências, ou ainda, se existirem evidências de irregularidades de que resultem em prejuízo para o erário municipal, a Prefeitura adotará as providências previstas no § 3º deste artigo.

§ 8º - Aplicam-se às disposições dos § 4º, 5º e 6º deste artigo aos casos em que a entidade prestadora do serviço não comprove a aplicação da contrapartida estabelecida no convênio, bem como dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de até cinco dias, regulamentará por Decreto Municipal os procedimentos relativos a Celebração, Execução e Prestação de Contas dos Convênios e instrumentos congêneres no Município de Porteiras.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões da Câmara Municipal de Porteiras, estado do Ceará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três (2023).

Mária do Socorro de Lima  
Presidenta



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS**

**Autógrafo de Lei nº 05, de 27 de Janeiro de 2023**

ANEXO I

**TERMO DE FOMENTO nº \_\_\_\_\_/2023**

**Termo de Fomento que entre si formulam o Município de Porteiras, Estado do Ceará, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, e a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, amparado na Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, que autoriza a celebração de termo de fomento com a entidade mencionada, com o fito de repasse de recursos financeiros sob forma de subvenção social para apoio cultural e desportivo de interesse público, que entre si celebram e firmam, de um lado, o(a) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua \_\_\_\_\_, nº - \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, nesta cidade de Porteiras, devidamente inscrito no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, Secretário(a) \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e do outro a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, entidade privada, inscrita no CNPJ sob nº 09.324.073/0001-03, com sede na rua Orimídio Francelino da Costa, nº 86 Centro, Porteiras - Ceará, por seu Presidente \_\_\_\_\_, brasileiro(a), \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, adiante denominado de Organização da Sociedade Civil (OSC).**

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente termo de fomento a transferência de recursos do Município de Porteiras, através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ para a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, destinados ao apoio das atividades desportivas a serem realizadas e desenvolvidas pela OSC, como forma de incentivo as atividades esportivas, sociais, culturais e de interesse coletivo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As partes, com a celebração do presente termo de fomento, visam o incentivo e inclusão de jovens e adultos à sociedade desportiva, contribuindo, portanto, para proporcionar o lazer, a diversão, a educação e saúde.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Do Modo de Execução - As atividades serão executadas em conformidade com as especificações da Cláusula Primeira e no Plano de Trabalho, devidamente aprovado.



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para as seguintes atividades esportivas:

- I - incentivo a Seleção Amadora de Futebol de Porteiras;
- II - realização do Festival Esportivo em comemoração a emancipação política do município de Porteiras;
- III - realização dos campeonatos municipais de futebol society feminino e sub 12;
- IV - realização dos campeonatos municipal livre das 1ª e 2ª divisão e máster;
- V - realizar torneio interno de Jiu-Jitsu da equipe Touche;
- VI - realização do segundo desafio Porteiras bike;
- VII - realização de campeonatos municipais de futsal masculino e feminino livre, e sub-13;
- VIII - realizar o campeonato de basquete livre e juvenil;
- IX - realizar o segundo MOVIMENTO PORTEIRAS e o 2º ECO PEDAL.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente instrumento tem lastro na Lei nº 8.666/93, no art. 116, que rege todas as disposições relativas a convênios, art. 12, § 3º, inciso I, da Lei nº 4.320/64 e a Lei Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA TERCEIRA – O município obriga-se a:

- a) Transferir para a LIGA MUNICIPAL DE ESPORTE DE PORTEIRAS, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, a quantia de R\$ 153.900,00 (cento cinquenta e três mil e novecentos reais), conforme cronograma de desembolso: março/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; abril/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; maio/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; junho/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; julho/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; agosto/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; setembro/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; outubro/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; novembro/2023 - R\$ \_\_\_\_\_; e dezembro/2023 - R\$ \_\_\_\_\_.
- b) Prestar, quando solicitado, orientações técnicas e jurídicas ao Conveniente, especificamente quanto a aplicação dos recursos financeiros;
- b) Fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos, podendo solicitar a apresentação de documentos e fazer vistorias no estabelecimento do



## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

Convenente;

- c) Receber, analisar e dar parecer sobre a Prestação de Contas apresentada pela CONVENENTE;
- d) Registrar a CONVENENTE no Cadastro de Inadimplentes, como suspenso pela Administração Municipal e, informar aos Órgãos de Controle Interno e Externo e ao Ministério Público, por motivo de inadimplência, quando comprovado indício de irregularidade na aplicação dos Recursos deste Convênio.

Parágrafo único – Quando das transferências das parcelas é facultado a Concedente solicitar a prestação de contas da parcela imediatamente anterior.

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

#### CLÁUSULA QUARTA – A OSC obriga-se a:

- a) Realizar o objeto do presente termo de fomento segundo as especificações do seu objetivo;
- b) Aplicar os Recursos Financeiros recebidos, exclusivamente, na consecução do objeto deste termo de fomento, não sendo permitido o seu uso para qualquer outro fim;
- c) Responsabilizar-se por todas as obrigações Tributárias porventura aplicáveis ao presente Convênio sejam Federais, Estaduais ou Municipais;
- d) Receber, manter e movimentar, mediante transferência bancária, os Recursos Financeiros repassados pela CONCEDENTE à Conta Específica deste Convênio, aberta exclusivamente para tal finalidade;
- e) Permitir livre acesso à Fiscalização, aos documentos fiscais e contábeis e aos extratos bancários, quando solicitados;
- f) Restituir à CONCEDENTE eventual saldo de recurso que permaneça remanescente à execução do objeto deste termo de fomento, quando da sua não execução, ou não for apresentada no prazo regulado, a Prestação de Contas, acrescidos dos rendimentos decorrentes da aplicação no mercado financeiro;
- g) Aplicar no objeto do termo de fomento os rendimentos das aplicações financeiras;
- h) Responder por todo e qualquer acontecimento que ocorra por força deste Convênio, fazendo-se Única Detentora da Gestão e dos deveres que tenham a ver com o mesmo;
- i) Apresentar Prestação de Contas dos Recursos recebidos, composta dos seguintes elementos:
  - j) Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
  - k) Cópia do Termo de Fomento.
  - l) Extrato Bancário da Conta Específica mantida pela OSC, no qual esteja





## ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS

- evidenciada a movimentação dos Recursos Repassados até o último dia de sua movimentação;
- m) Original dos comprovantes da despesa (nota fiscal ou recibo), acompanhado de declaração do dirigente da OSC, certificando que o serviço foi realizado ou o material foi recebido;
  - n) Relação de todos os documentos de despesas, constando: número e data do documento; espécie do documento; nome do credor; valor e, a final, a soma total das despesas havidas;
  - o) Demonstrativo Financeiro da Aplicação dos Recursos;
  - p) Recibo de Depósito dos Repasses efetuados pela Prefeitura à Conta Vinculada;
  - q) Documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica de data, na mesma ordem da relação mencionada na alínea 'e' acima;
  - r) Os documentos mencionados no item 4, quando em medidas reduzidas – inferiores ao tamanho de papel ofício, deverão ser colados em folhas tamanho ofício;
  - s) Os documentos, obrigatoriamente devem ser no original e não devem conter rasuras ou emendas e as datas não poderão ser anteriores à data do recebimento dos recursos repassados pela CONCEDENTE.
  - t) Não redistribuir os Recursos Repassados a outras Entidades, congêneres ou não;
  - u) Responsabilizar-se pelos Encargos, Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais decorrentes da realização do objeto do presente Convênio;
  - v) Não transferir a terceiros, a execução total ou parcial do Objeto deste Termo de Fomento;
  - x) Utilizar os Recursos Financeiros repassados em razão do presente termo de fomento de forma vinculada aos termos previstos neste instrumento, devendo Prestar Contas obrigatoriamente ao município de Porteiras;

CLÁUSULA QUINTA – Os recursos a serem transferidos para a OSC correrão à conta da dotação orçamentária específica do orçamento vigente municipal, conforme discriminado na CLAUSULA TERCEIRA.

CLÁUSULA SEXTA – O presente termo de fomento terá vigência até o dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente termo de fomento poderá ser alterado por mútuo acordo entre os convenientes, sempre por termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – O descumprimento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento implica em rescisão do termo de fomento, respeitando-se, nesses casos, os direitos até então adquiridos pelas partes, mas poderá ser



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRAS**

rescindido, ainda, amigavelmente, desde que precedido de comunicação escrita, com prazo de pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá ainda ser rescindido o termo de fomento quando:

I – por inadimplência de qualquer de suas cláusulas ou condições, cabendo a iniciativa da parte que se julgar prejudicada;

II – por não mais interessar a uma das partes a continuação dos serviços, devendo tal condição ser denunciada por escrito e com antecedência de 30 (trinta) dias;

III – por superveniência de norma legal que vede ou impossibilite a sua execução.

CLÁUSULA NONA – Fica eleito o foro da Comarca de Porteiras para dirimir as questões que surgirem no curso da Execução do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – E por estarem conscientes no propósito de criar o vínculo jurídico, firmam o presente termo de fomento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Porteiras(CE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto  
Concedente

\_\_\_\_\_  
Presidente da Liga Municipal de Esporte de Porteiras  
Organização da Sociedade Civil (OSC)

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_